



Extensão rural: processos excludentes para comunidades de terreiros *Rural extension: excluding processes to Candomblé communities.*

DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA, Diego¹; PEREIRA, Hegair das Neves²; ARAUJO, Nilton de Almeida³ LUCAS, Emanuel⁴

¹ Mestrado em Extensão Rural UNIVASF, Agrônomo em Jinsaba Agroecologia, jinsabaagroecologia@gmail.com ; ² Agrônoma em Jinsaba Agroecologia, hegraneves@gmail.com ; ³ Prof. de História do Brasil – UNIVASF, nilton.almeida@univasf.edu.br ; ⁴ Coordenador do Afropolita, emmanuel.lucassa@gmail.com

Eixo temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar a invisibilidade dos povos de Terreiro de Candomblé frente à política pública de Assessoria Técnica e Extensão Rural – ATER na Bahia. Para tanto, verifica de que maneira a política pública de ATER atendeu às comunidades de terreiro de candomblé entre 2010 e 2018; identifica os impactos da PNATER na comunidade do terreiro Caxuté, em Valença, na região do baixo sul da Bahia; discute sobre o racismo institucional referente às comunidades de terreiro e busca contribuir para avaliação da PNATER. A metodologia escolhida foi a pesquisa exploratória, tendo como procedimentos técnicos a pesquisa documental e levantamento bibliográfico; etnografia e estudo de campo. Considerando que a aplicação das políticas públicas tem várias etapas e que a questão apresenta-se com maior complexidade quando se trata de discutir políticas públicas em comunidades cuja atuação é invisibilizada pelo racismo estrutural, como é o caso das comunidades de terreiros de Candomblé.

Palavras-chave: Agroecologia; Políticas Públicas; Racismo Institucional; Candomblé; Bahia.

Keywords: Agroecology; Public policy; Institutional Racism; Candomblé; Bahia.

Introdução

Partindo do princípio que a história do Brasil é marcada por diferentes possibilidades e oportunidades a depender dos grupos sociais envolvidos na situação, pensar política pública como garantia de direitos fundamentais é uma medida de ampliação da viabilidade socioeconômica e promoção de melhoria na qualidade de vida, especialmente para setores explorados.

Contudo, o processo de efetivação das políticas públicas não perpassa apenas a formulação, elaboração de projetos e programas, promulgação de leis, decretos, editais e chamadas públicas. O acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, além da avaliação criteriosa dos processos, resultados e impactos gerados por essas políticas, são momentos fundamentais para tomada de decisões estratégicas. Além disso, devem ter uma preocupação central: a de, efetivamente, melhorar a qualidade de vida das pessoas alcançadas por essas políticas, promovendo oportunidades e um futuro melhor.

Saindo das linhas gerais, a questão apresenta-se com maior complexidade quando se trata de discutir políticas públicas em comunidades cuja atuação envolve



atividades vistas com racismo e preconceitos por parcela da população e pelos órgãos governamentais, como é o caso das comunidades de terreiros de Candomblé.

Estas comunidades, muitas delas centenárias, realizam intenso trabalho social, de assistência e incentivo à produtividade daqueles que nela atuam e vivem. Algumas delas, situadas em zonas rurais, também mantêm uma produção agrícola regular para consumo interno e, algumas vezes, comercialização. É com essa compreensão que este trabalho tem por objetivo geral analisar a invisibilidade dos povos de Terreiro de Candomblé frente à política pública de Assessoria Técnica e Extensão Rural - ATER na Bahia.

Metodologia

A metodologia escolhida foi a pesquisa exploratória, tendo como procedimentos técnicos a pesquisa documental e levantamento bibliográfico, em especial sobre pessoas envolvidas no assunto estudado; etnografia e estudo de campo, utilizados para compreender as questões culturais e ancestrais presentes no cotidiano das comunidades de terreiro e analisar sua relação com a agricultura e com as políticas públicas, além de seu sentimento em relação à exclusão social e ao racismo institucional; sua capacidade de organização e articulação política e social. Foi realizada a observação direta das atividades do Terreiro Caxuté, localizado em Valença-BA e entrevistas com pessoas do grupo para captar as explicações e interpretações que ali ocorrem. Mas, por estar inserido no terreiro, fazer parte da comunidade investigada e vivenciar suas experiências, posso dizer também que esta foi uma observação participante. Conforme Gil (2008), esse tipo de pesquisa está caracterizada pela interação entre pesquisador e membros das situações investigadas e sua importância está no fato dos objetos estudados serem sujeitos ativos da pesquisa e não apenas fornecedores de dados. A Pesquisa documental concentrou-se especialmente em análise das políticas de ATER, onde a base foram fontes oficiais: órgãos públicos do governo Federal e governo da Bahia entre os anos de 2010 e 2018.

Resultados e Discussão

Historicamente, o agronegócio pode ser compreendido como a continuidade do mesmo processo de exploração impulsionada a partir da colonização no século XVI, guardando inclusive suas características. Considerando que este modelo de agricultura capitalista é carregado de contradições e controvérsias além de não suprir os supostos motivos da sua existência. Para Caporal (2006), a historicidade da extensão rural no Brasil já possui farta referência bibliográfica, por isso, sugere analisar aspectos que pudessem discutir o papel da extensão enquanto instrumento de Estado capitalista. Citando por exemplo a criação em 1974 da EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, que segundo o autor,



teve a função, de garantir o modelo modernizante excludente que se desenvolvia no meio rural.

Na visão do povo de terreiro, os produtos da grande indústria (e muito particularmente os alimentos industrializados) são objetos sem axé, que não podem, ou não deveriam, ser oferecidos aos orixás, ao ori ou aos eguns: sua energia está comprometida pela própria natureza despersonalizada, profana e inclusive violenta que caracteriza a produção massificada capitalista (CARVALHO, 2011).

Este mesmo autor afirma que os desafios do Estado em relação às comunidades de terreiro colocam-se, na dimensão: promover políticas sociais de inclusão e o acesso diferenciado aos bens e serviços públicos de caráter universal e específico, considerando sempre as aspirações e a realidade sociocultural desses povos e comunidades.

A partir das análises realizadas por Palm & Schmitt (2017), também é possível identificar cinco grandes questões que norteiam o conjunto de trabalhos examinados: avanços obtidos com a PNATER; dificuldades de adequação dos profissionais e instituições de ATER às orientações da política; carência de estudos de avaliação com base em pesquisas territorializadas; obstáculos à execução de serviços de ATER em uma perspectiva agroecológica em função da Lei de ATER (2010); e a necessidade de se analisar o processo de construção da Política em sua relação com as disputas entre diferentes perspectivas de desenvolvimento rural.

Nesse sentido, as comunidades rurais que compõem os povos de terreiro inserem-se como um público potencial para ampliação e efetivação desta política pública. Corroborando com essa ideia, Palm & Schmitt (2017) apresentam como um caminho promissor, o desenvolvimento de pesquisas a partir de um enfoque territorial, como também a realização de estudos, com uma perspectiva mais antropológica, que poderiam trazer instigantes contribuições para a avaliação e redefinição dos nortes da Política, avaliando, também, os diferentes arranjos sociopolíticos em que a mesma se insere.

Observamos todas as chamadas públicas disponibilizadas às comunidades rurais na Bahia, tendo como início da análise o ano de 2010, devido a regulamentação da Lei 12.188/2010, que instituiu formalmente a Política Nacional de ATER. Infelizmente, podemos, afirmar a invisibilidade dessas comunidades frente à execução desta política e, portanto, a contraditoriedade em relação a um de seus princípios: “promover o desenvolvimento rural sustentável [...], pilares fundamentais que sustentam a Política de ATER, destacando-se o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país”.

No estado da Bahia, de 2010 a 2018, ocorreram 37 editais com as seguintes fontes de financiamentos: Assessoria Técnica do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas; Superintendência da Agricultura Familiar; Diretoria de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais e



Quilombolas; Secretaria de Reordenamento Agrário; Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural; Secretaria de Desenvolvimento Rural.

O público beneficiado por essas fontes de financiamento estaduais e federais foram: Comunidades Quilombolas em processo de regularização pelo INCRA; Agricultores Familiares; Mulheres agricultoras familiares, extrativistas, quilombolas, pescadoras artesanais e/ou mulheres indígenas; Agricultores/as em situação de extrema pobreza; Agricultores Familiares, beneficiários do programa nacional de crédito fundiário; Comunidades quilombolas localizadas nos 5 (cinco) Estados com maior concentração de comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas e prioritários para o Programa Brasil Quilombola; Jovens oriundos da agricultura familiar; Famílias de pescadores e pescadoras artesanais em situação de extrema pobreza; Empreendimentos coletivos, especificamente as cooperativas de agricultores familiares; Comunidades de Fundos e Fechos de Pasto, Geraizeiros, Quilombolas e Povos Indígenas.

O conceito de Racismo Institucional foi definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, para especificar como se manifesta o racismo nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições. Para os autores, “trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica”

A extensão rural apesar de ter passado por vários processos históricos de inclusão, repensando alguns aspectos práticos, fundamentos teóricos e metodológicos com base na agroecologia ainda não incluiu as comunidades de terreiro como público beneficiário. Essa é mais uma comprovação para destruir o mito da democracia racial e evidenciar a materialização do racismo institucional.

Conclusões

É imprescindível refletirmos sobre a invisibilidade dos povos de terreiro frente à política pública de ATER no estado da Bahia, pois a população negra reconhecidamente compõe uma das principais matrizes socioculturais, força econômica, além de ser responsáveis pela transmissão, conservação e produção de conhecimentos alicerçantes para a Agroecologia. Mesmo que visto isoladamente como religião, os povos de terreiro de candomblé relacionam-se com elementos da natureza para manutenção das suas crenças.

O terreiro Caxuté, situado no meio rural, tem uma característica ainda mais relevante para o debate agroecológico, pois trata-se de uma coletividade que agrega vários outros tipos de comunidades tradicionais como pescadores, quilombolas, ribeirinhos e indígenas, contudo, necessitando de participação na PNATER como estratégia para almejar uma condição de vida melhor.



A comunidade Caxuté busca compreender, a partir de muitas interpretações, como a colonização e o colonialismo estão presentes no nosso cotidiano. Para nós, o enfrentamento ao racismo é um fator de análise fundamental visto que comunidades de matriz africanas são perseguidas da gênese do projeto de nação “Brasil” até os dias atuais..

Mesmo citado na definição de povos e comunidades tradicionais, a política de ATER não reconhece a participação efetiva dos terreiros. Atribuímos também como desafio do Estado inserir os povos de terreiros de maneira incisiva na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER.

Referências bibliográficas

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, Secretaria da Agricultura Familiar. 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto. Política nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: TAVARES, Jorge e RAMOS, Ladjane (org.). **Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus: Bagaço, 2006.

CARMICHAEL, S. e HAMILTON, C. **Black power: the politics of liberation in America**. New York: Vintage, 1967.

CARVALHO, José Jorge de. Alimento: **Direito Sagrado** – Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2011.

PALM, Juliano Luís; SCHMITT, Claudia Job. **Informando política pública: um mapeamento analítico de estudos acadêmicos sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura - OPPA, TEXTOS GPAC – PESQUISAS Nº. 3. Rio de Janeiro, fevereiro 2017.